



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO 2005 - 2007





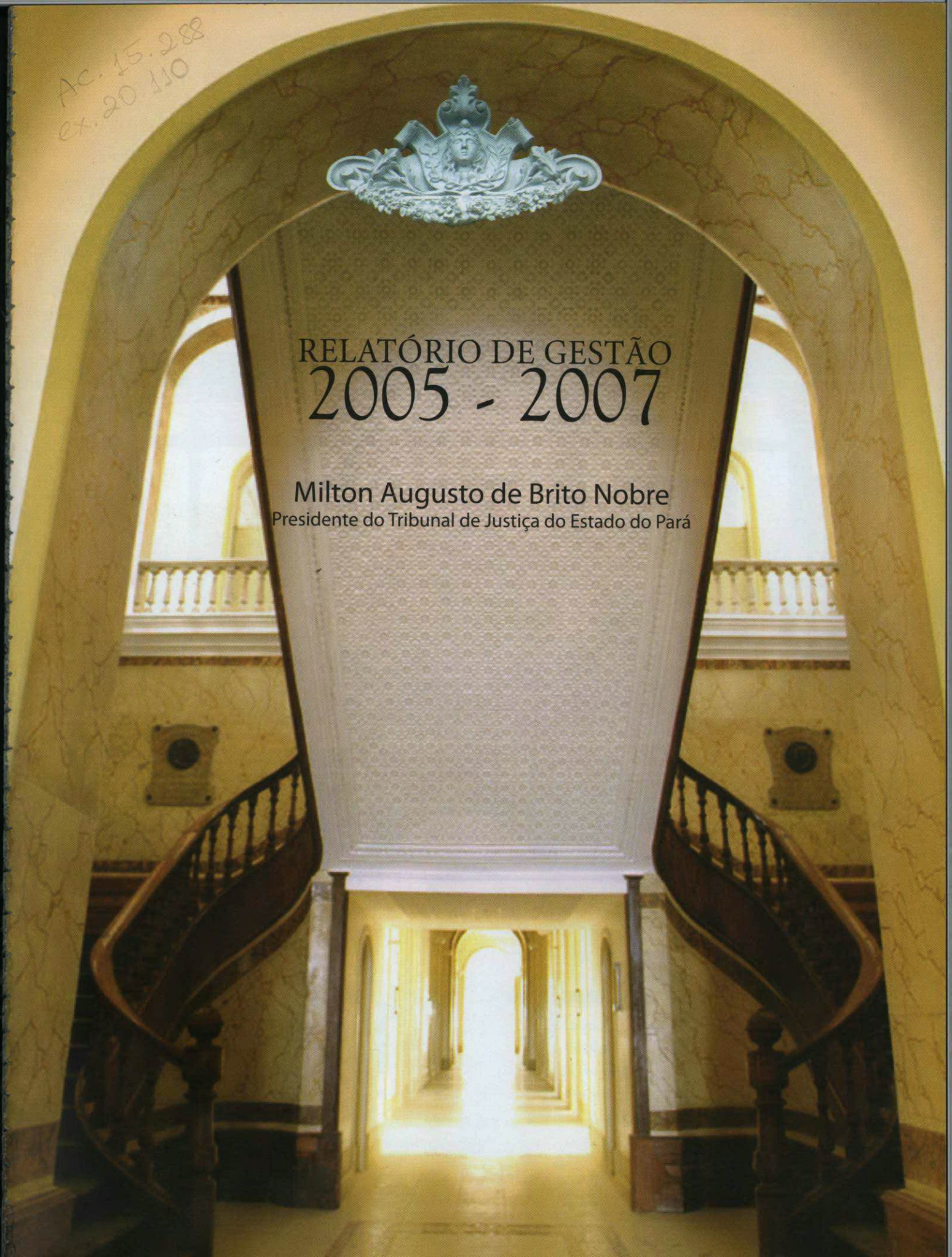
GESTÃO

Ac. 15.288
ex. 20 110



RELATÓRIO DE GESTÃO 2005 - 2007

Milton Augusto de Brito Nobre
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará



TRIBUNAL PLENO

341.416
P 224 r
EX. 2



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Milton Augusto de Brito Nobre,
Presidente

Albanira Lobato Bemerguy
Vice-presidente

Carmencin Marques Cavalcante
Corregedora da Região Metropolitana de Belém

Osmarina Onadir Sampaio Nery
Corregedora do Interior

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Milton Augusto de Brito Nobre
Albanira Lobato Bemerguy
Carmencin Marques Cavalcante
Osmarina Onadir Sampaio Nery
Luzia Nadja Guimarães Nascimento
João José da Silva Maroja
Maria Rita Lima Xavier
Brígida Gonçalves dos Santos

DESEMBARGADORES

Albanira Lobato Bemerguy
Osmarina Onadir Sampaio Nery
Maria Helena D'almeida Ferreira
Carmencin Marques Cavalcante
Sônia Maria de Macedo Parente
Milton Augusto de Brito Nobre
Geraldo de Moraes Corrêa Lima
Raimunda do Carmo Gomes Noronha
Rosa Maria Portugal Gueiros
Therezinha Martins da Fonseca
Rômulo José Ferreira Nunes
Eronides Sousa Primo
Luzia Nadja Guimarães Nascimento
João José da Silva Maroja
Vânia Valente do Couto Fortes Bitar Cunha
Raimundo Holanda Reis
Maria Rita Lima Xavier
Eliana Rita Daher Abufaiad
Brígida Gonçalves dos Santos
Vânia Lúcia Silveira Azevedo da Silva
Constantino Augusto Guerreiro
Maria de Nazaré Gouveia dos Santos
Ricardo Ferreira Nunes
Maria Angélica Ribeiro Lopes dos Santos
Leonardo de Noronha Tavares
Marneide Trindade Pereira Merabet
Cláudio Augusto Montalvão das Neves
Maria do Carmo Araújo e Silva
Célia Regina de Lima Pinheiro
Maria de Nazaré Saavedra Guimarães



SUMÁRIO

10 Palavra do Presidente

14 Introdução

22 Nova Sede

30 Administração

56 Planejamento

62 Informática

70 Balanço das Atividades Forenses

100 Eventos



PALAVRA DO PRESIDENTE

“EVIDENTEMENTE, NÃO HÁ COMO TECER COMPARAÇÕES ENTRE AS FASES DAS DIFERENTES ADMINISTRAÇÕES DO TJE, EM TODOS OS TEMPOS. MAS É FÁCIL CONSTATAR QUE, A PERÍODOS MAIS OU MENOS EQUIVALENTES, O CRESCIMENTO DAS NECESSIDADES LEVOU SEUS DIRIGENTES A MUDAREM DE INSTALAÇÕES E AMPLIAREM AS DEPENDÊNCIAS.



Missão cumprida

A concluir meu mandato de presidente do TJE, tranquiliza-me a consciência de que fiz a parte que me competiu, como depositário da confiança de meus pares em minha gestão. Conforta-me o sentimento de que fiz tanto quanto fizeram meus antecessores, em favor do crescimento e correspondência às exigências da sociedade a que servimos, naturalmente cada qual ao seu tempo, e no atendimento às necessidades e conforme as circunstâncias que se apresentavam nas respectivas épocas.

Evidentemente, não há como tecer comparações entre as fases das diferentes administrações do TJE, em todos os tempos. Mas é fácil constatar que, em períodos mais ou menos equivalentes, o crescimento das necessidades levou seus dirigentes a mudarem de instalações e ampliarem as dependências. Assim ocorreu com a construção do primeiro edifício-sede, hoje Fórum Cível, e, posteriormente, com a construção do prédio da praça República do Líbano, que sediou o TJE até recentemente.

As gestões mais recentes, todavia, defrontaram-se com a imperiosa necessidade da inserção do Judiciário nos avanços da tecnologia. A informática, que se vinha arrastando praticamente restrita ao manuseio de computadores isolados, repentinamente ganhou força crescente e incontrolável, colocando pessoas e empresas entre a estagnação ou a adesão ao novo instrumento de comunicação virtual. Meus antecessores mais próximos iniciaram o processo que nos últimos tempos, contudo, passou a reclamar maior rapidez e elevados investimentos.

Em busca de soluções, lancei-me à procura de fontes de recursos, no âmbito do próprio judiciário, capazes de atender aos imperativos financeiros da modernização, para o que somente os meios orçamentários já se tinham mostrado insuficientes, mormente ante as restrições orçamentárias, mingando o valor correspondente ao percentual de repasse constitucional pelo Tesouro do Estado. Ao mesmo tempo, estabeleci um rígido programa de planejamento e gestão administrativo-financeira, através do qual fosse possível potencializar os recursos ordinários e regulares para atender ao projeto de modernização do Poder Judiciário.





Assim, as circunstâncias e a imperiosidade das necessidades foram os desafios que se apresentaram e me dispus a enfrentar. Conteí com a solidariedade dos meus pares, mas foram, igualmente, fundamentais, o apoio e a parceria do governador do Estado, Simão Jatene. Como tenho repetido, coube a S. Exa. a idéia de substituir o projeto da nova sede do TJE na rodovia Augusto Montenegro pelo prédio histórico onde foi instalada. Resta, assim, reiterar o reconhecimento a quantos emprestaram preciosa contribuição decisiva ao que me foi possível realizar.

Ao fazer o balanço desses dois anos à frente do Poder Judiciário do Estado, contabilizo considerável volume de experiências extraordinárias em todos os sentidos e nos mais diferentes matizes. Foram resultados de um projeto proativo a que me impus no exercício da administração, bem como pelas decisões que tive que adotar. Vivi, então, emoções tão fortes quanto contrastantes, em seus momentos de alegria e nos episódios de tristeza que, não obstante, lanço como contribuição para fortalecer ainda mais os meus conceitos e crenças.

As circunstâncias puseram sobre meus ombros de presidente, por exemplo, a penosa missão de demitir servidores arrolados entre os classificados como resultado de práticas nepóticas. Mais doloroso ainda foi, no cumprimento de uma decisão superior, ser compelido a fazer setores importantes do Judiciário terem que prescindir da colaboração de funcionários que, apesar da competência e experiência, deixaram de contar com o amparo legal para permanecerem nas funções. Foi, certamente, a mais penosa passagem de minha gestão.

Em contrapartida, contudo, pude contar com a compreensão e colaboração de colegas e servidores, que sempre se revelaram e justificaram plenamente o superior espírito da relevante missão que incumbe ao Poder Judiciário, na plena solidariedade de todos os momentos. O apoio e estímulo com que me distinguiram foram os fundamentos de iniciativas e ações administrativas que pude desenvolver, em alguns momentos como grandes desafios, mas todos exigindo um misto de coragem e disposição.

A conscientização e a colaboração do Colégio de Desembargadores, à frente de toda a estrutura organizacional e operacional do TJE, consubstanciada em uma série de fatos e procedimentos que pude viabilizar, foram o grande alicerce sobre o qual se tornou possível erguer a argamassa da evolução física e tecnológica do Poder Judiciário paraense. O planejamento e as realizações contemplaram todas as áreas e os diversos segmentos, em que os tijolos e cimento com que se melhorou ou se reconstruiu Comarcas e Juizados tiveram o complemento dos equipamentos que sintonizaram o Judiciário com os avanços tecnológicos.

O meu tempo na Presidência do TJE ocorreu numa época em que a velocidade vertiginosa das conquistas humanas e as exigências da sociedade desafiam a nossa imaginação prospectiva e a nossa visão futurologista. O tempo se encurta cada vez mais, reduzindo os períodos em que os usos e costumes avançam celeremente em suas constantes mutações e exigências, deixando na poeira os homens e as instituições que não conseguem acompanhá-las. Procurei

trabalhar entendendo a imposição desse tempo e dessas necessidades. Graças ao estímulo dessas ferozes determinantes, consigo chegar ao termo do meu mandato com o confortador sentimento da missão cumprida.

Este relatório de gestão incorpora a contribuição que me foi possível emprestar ao bom funcionamento do Judiciário. Todavia, é um documento que não deve ser visto, nem interpretado, apenas como repositório de números envolvidos, prédios construídos, jurisdições implantadas, equipamentos instalados, nem integração virtual de Comarcas. A avaliação de cada gestão, como as que me antecederam e a minha própria, merece ser procedida com os olhos voltados para o amanhã, na incessante busca que deveremos perseguir, intensa e permanentemente, para que o Poder Judiciário se mantenha atualizado em sua estrutura e com os instrumentos necessários ao bom desempenho das funções que lhe são pertinentes.

Creio que pude corresponder, plenamente, ao que de mim esperavam meus ilustres pares ao conduzir-me à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Espero que Deus me tenha permitido retribuir a essa confiança com trabalho perseverante, dedicação diuturna e solidariedade permanente aos meus colegas. Resta-me portanto agradecer o apoio e incentivo que nunca me faltaram. E reafirmar que, onde quer que esteja, independentemente de novas funções que me vierem a ser atribuídas, sempre estarei ao lado de cada um e de todos, seguindo os princípios que herdei de meus ancestrais, somados a outros que a experiência de vida me tem acrescentado. Será, sempre, a melhor forma de honrar compromissos profissionais e convicções pessoais, e, assim, viver satisfeito comigo mesmo.

A elaboração deste relatório de atividades engloba a gestão do biênio 2005/2006 em todos os seus aspectos físicos, orçamentários, financeiros, estruturais e operacionais. Enquanto instrumento de prestação de contas de um período administrativo, objetiva oferecer um quadro completo e detalhado das ações, práticas e realizações dos diferentes setores do Poder Judiciário no período. Mas também incorpora uma destinação histórica, que transcende o aspecto meramente informativo e transborda para a significativa transição que o Judiciário paraense experimentou nos últimos anos.

Juntamente com o local e os espaços da sede, seria inevitável que também se mudassem conceitos e perspectivas. Ao encerrar a última reunião do desembargo no antigo plenário da Praça República do Líbano, tive oportunidade de enfatizar essa ilustração. Disse, então, que, tal como acontecia em nossa vida privada ao mudar de casa, ali se encerrava uma fase da história do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. A partir dali, não seria mais o mesmo, passando a viver uma nova etapa, inserido em um novo tempo com o funcionamento em sua nova sede. É com esse espírito e com essa visão que os anais dos tempos registrarão esta passagem de épocas, garantindo melhores condições de prestação de serviços de Justiça a quantos a eles recorrerem.

Desembargador Milton Augusto de Brito Nobre
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará



INTRODUÇÃO



“AS CIRCUNSTÂNCIAS QUE ENVOLVEM O FUNCIONAMENTO DA ECONOMIA DO PAÍS TÊM, INEVITAVELMENTE, REFLEXOS EM TODOS OS SEGMENTOS NACIONAIS. QUANDO OS COMPONENTES DO SISTEMA ECONÔMICO APRESENTAM DESEMPENHO POSITIVO, GERAM REFLEXOS FAVORÁVEIS.

Reflexos da economia nacional

As circunstâncias que envolvem o funcionamento da economia do país têm, inevitavelmente, reflexos em todos os segmentos nacionais. Quando os componentes do sistema econômico apresentam desempenho positivo, geram reflexos favoráveis.

Mas, caso contrário, afetam fundamentalmente a qualidade e a quantidade dos serviços que as instituições oferecem à sociedade.

Insucessos que ocorram na política econômica do país produzem um efeito-cascata devastador em todo o sistema federativo dependente da sua condução. O aumento das despesas da Federação reduz os repasses constitucionais para os Estados que, por sua vez, também têm reduzidos os recursos administrados, influenciando nas cotas-partes destinadas ao Poder Judiciário. Há, ainda, a diminuição dos níveis de negócios no comércio e na indústria estaduais, provocando queda na arrecadação do ICMS e reduzindo o volume de recursos a ser repartido entre as instituições.

As repercussões no Judiciário são mais acentuadas, porque não se restringem apenas às questões e problemas de natureza orçamentária. Espreadam-se na busca de soluções para conflitos, individuais e comunitários, resultantes de dificuldades econômicas e suas conseqüências para a sociedade. Nesse contexto institucional, econômico e social, a gestão do Poder Judiciário defronta-se, inevitavelmente, com as conseqüências dos problemas existentes na economia nacional.

O desemprego, por exemplo, gera problemas em cadeia, chegando à criminalidade. Conflitos em todos os segmentos sócio-econômicos deságuam, inexoravelmente, no Judiciário, onde a limitação de recursos orçamentários acarreta a carência de pessoal que, aliada à infra-estrutura inadequada às necessidades, torna mais lento e menos eficiente o atendimento das demandas.

Nos últimos anos, na Amazônia - particularmente no Estado do Pará - passaram a ter grande relevância estatística os conflitos fundiários, gerando um grande aumento das ações que disputam a propriedade da terra, além, da lamentável violência no campo, quase sempre acompanhada de homicídios. Os procedimentos legais originários dessas questões geram custos significativos tanto processuais, na tramitação e apreciação de documentos, quanto na realização de perícias técnicas, deslocamento e estada de personagens, inclusive para as sessões de júri, reclamando atenção especial da administração financeira e orçamentária.



REAPARELHAMENTO ESTRUTURAL E OPERACIONAL



Enfrentar com lucidez e objetividade essa gama de problemas exigiu a devida equação e as gestões necessárias para que, a despeito da redução de recursos repassados, fosse possível melhorar a prestação jurisdicional. Além disso, os desafios de modernização da estrutura e valorização do servidor teriam que acompanhar a evolução tecnológica e operacional, avançando no tempo na mesma proporção em que crescem as demandas.

Nesse terreno, foi promovida, de um lado, a elevação das receitas próprias do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ) e, na outra ponta, a contenção dos gastos correntes. Mais receita e menos despesa resultaram no financiamento das ações institucionais e o equilíbrio orçamentário e financeiro. Assegurou-se o crescimento das ações do TJE, envolvendo programas como o Juizado

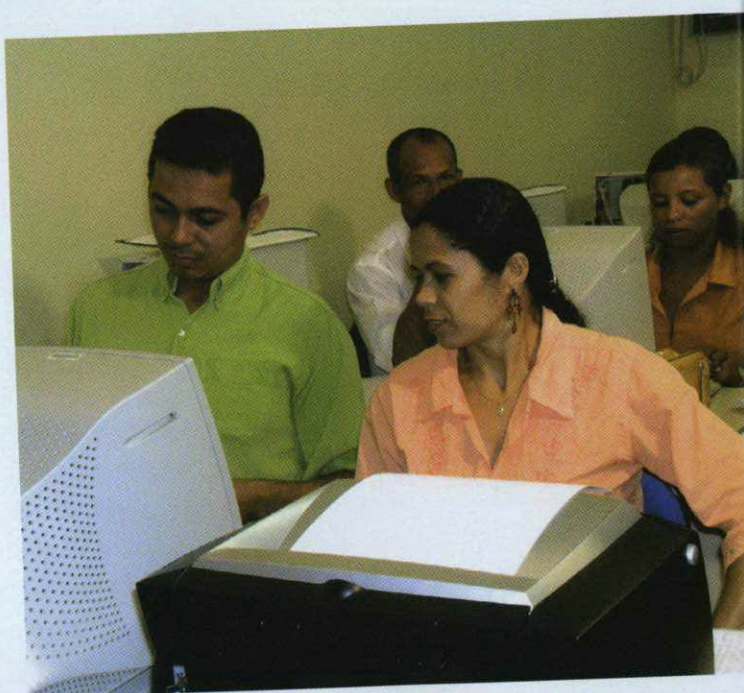
Especial Itinerante para atendimento a jurisdicionados de localidades mais remotas e de difícil acesso. Permitiu, também, investimentos que melhoraram a estrutura, o funcionamento e a informatização de fóruns e juizados, bem como a renovação da frota de veículos e equipamentos.

A nova sede e a inteira informatização do Poder Judiciário em todo o Estado simbolizam, por si só, os resultados positivos advindos das providências adotadas para superar a escassez das transferências constitucionais. As comarcas ligadas à rede mundial de computadores passaram de apenas 7 em 2005 para o total das 105 em 2006, o que adquire significado maior ao simbolizar a comunicação, o acesso à Justiça e a maior rapidez nos procedimentos que antes dependiam exclusivamente de transportes físicos, alguns submetidos a longas e demoradas viagens fluviais e rodoviárias.

AVANÇOS DA INFORMÁTICA

Serviços como o Sistema SAPXXI exemplificam os investimentos realizados em todo o Pará, resultantes da gestão administrativa e financeira, que nos levaram a avanços operacionais importantes. Com ele, é possível fazer o acompanhamento on line de processos de 1º grau, propiciando a padronização dos dados, despachos, tramitações e outros procedimentos.

Também, ao implantar o Sistema Push, facilitamos o trabalho dos advogados e das partes que, ao se registrarem no programa, passam



a receber, via e-mail, avisos eletrônicos sobre o andamento dos processos. A praticidade e a popularidade do serviço já contabilizam mais de seis mil usuários cadastrados e mais de 100 mil mensagens enviadas automaticamente.

Podemos citar ainda as facilidades do BACENJUD, um meio rápido, seguro e econômico para o envio de ordens judiciais, via internet, às instituições que compõem o Sistema Financeiro Nacional, graças a um convênio assinado entre o TJE/PA e o Banco Central do Brasil.

GESTÃO DE PESSOAL

Neste biênio também contemplamos a capacitação, atualização, aperfeiçoamento e valorização do precioso material humano do Poder Judiciário, composto por magistrados e servidores. Promovemos a atualização e a freqüente reciclagem nos procedimentos e técnicas que vão sendo acrescentadas ao dia-dia das atividades em cada área de atuação. Para tanto, realizamos cursos e seminários voltados para diferentes áreas de atuação, inclusive a juizes e desembargadores.

A participação de servidores do TJE em cursos e treinamentos praticamente triplicou nos últimos dois anos, beneficiando tanto os antigos quanto os funcionários admitidos através de concurso público. Em 2006, foram encaminhados à Escola de Governo do Estado 428 servidores para participação em cursos, em diferentes áreas. Em 2005, foram aproximadamente 180 alunos. Também foram realizadas visitas domiciliares, hospitalares e institucionais a servidores, atendimentos psicossociais a usuários de drogas lícitas e ilícitas, reuniões mensais para avaliação do comportamento funcional e avaliação de desempenho voltado para os adolescentes estagiários.

Foi implantado, a partir de setembro de 2006, o Plano de Saúde Privado, atendendo a uma antiga reivindicação dos servidores do Poder Judiciário. Hoje, a Unimed Belém – Cooperativa de Trabalho Médico, que venceu o processo licitatório, conta com a adesão, entre servidores e magistrados, de 2.063 titulares e 4.085 dependentes, atingindo o percentual de 90% do quadro funcional. Tudo em cumprimento às principais metas estabelecidas, nessa área, pelo Plano de Trabalho 2005-2007.

MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA E CRIAÇÃO DA COMARCA DE JACAREACANGA

O processo de modernização da infra-estrutura judiciária no Pará demonstra o total comprometimento com as diretrizes assumidas no início desta gestão. Não apenas na proeminente necessidade de implantação de dispositivos tecnológicos que facilitam as atividades realizadas no Estado, como também nos aspectos que dizem respeito ao conforto em níveis de melhores condições de trabalho e de comodidade para usuários que necessitam da Justiça. Desse modo, podemos observar o empenho dirigido às diversas partes que compõem o Judiciário na capital e no interior. Foram inúmeros investimentos que exigiram esforços redobrados do Departamento de Engenharia, Arquitetura e Manutenção.



Reformas, ampliações, construções e outras adaptações foram executadas durante o biênio em quase todas as comarcas e nos juizados especiais. Os recursos destinados para esta finalidade contabilizam mais de R\$ 4.750.000,00 no interior, e cerca de R\$ 16.670.000,00 na capital.

Também podemos nos orgulhar de mais um empreendimento que democratiza o acesso ao Judiciário em terras paraenses: a criação de mais uma comarca, a de Jacareacanga. Neste município trabalhamos incansavelmente na construção do Fórum e da residência do juiz e na aquisição de móveis e equipamentos, que totalizam R\$ 442.979,13.

Assim sendo o número total de comarcas no Estado do Pará é de 105.

COMISSÃO É CRIADA PARA MONITORAR PROCESSOS ENVOLVENDO CRIMES COM MOTIVAÇÃO FUNDIÁRIA

Há muito tempo, entidades representativas dos direitos humanos, ONGs e instituições sindicais reclamavam da impunidade envolvendo autores e mandantes de crimes cometidos pela posse da terra. Os meios de comunicação divulgavam, em várias oportunidades, relatórios elaborados por entidades sociais, contendo números alarmantes e discrepantes entre si, da quantidade de mortes com motivação fundiária. As principais eram a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri). Em abril de 2005, como resultado de ações iniciadas em 2004, quando exerci a



vice-presidência do TJE e determinei os primeiros estudos para a formulação de uma política pública de acompanhamento dos processos ligados à questão fundiária, foi formada uma equipe de trabalho, com a missão de pesquisar e informar ao Judiciário todos os casos em tramitação envolvendo crimes no campo. Apesar de os pesquisadores trabalharem com dados que, muitas vezes, eram imprecisos, ou incluía crimes com outras motivações, foi possível levantar a situação de processos referentes a mortes provocadas pela disputa da terra, especificando ainda o local e a data do crime e informações sobre os envolvidos (vítima e acusado).

Diante dos dados recebidos, a presidência do TJE, por meio do ofício-circular, em outubro de 2005, determinou a agilização dos processos, colocando-os na condição de prioridade máxima pelos juízos onde ocorria o trâmite.

TRANSFORMAÇÕES GARANTEM MAIOR MOBILIDADE À CARREIRA DA MAGISTRATURA

O Estado do Pará vem implementando mudanças que garantiram à população maior acesso aos direitos constitucionais. O Judiciário paraense está atendo à crescente necessidade de dinamizar as ações realizadas nos 143 municípios do Estado, investindo não apenas em infra-estrutura e tecnologia, mas também na ampliação dos serviços em cada região.

Assim, trabalhamos para proporcionar mais agilidade e qualidade ao desenvolvimento de projetos, julgamentos e aos processos em tramitação. Podemos afirmar que demos um salto

significativo com a implementação de algumas medidas de impacto, que geraram transformações - imediatas e de médio e longo prazos -, as quais já começamos a visualizar.

Evoluímos em ações que concorreram diretamente para a valorização e progressão da carreira da magistratura. Ampliamos o número de Varas na capital e no interior, com a criação de varas de 1ª, 2ª e 3ª entrâncias e promoção de juízes.

Na maior mobilidade, em um curto espaço de tempo, da história do judiciário paraense, juízes de 2ª entrância foram promovidos à 3ª, e conseqüentemente, os magistrados de 1ª passaram à 2ª entrância, e os substitutos à 1ª. Foi adotado apenas o critério de antiguidade para remoção de juiz de igual entrância.

NOVAS VARAS NA CAPITAL E NO INTERIOR

Neste biênio, ampliamos a atuação do Judiciário paraense, com a criação de novas Varas, na capital e no interior, e os respectivos cargos de juízes e demais funcionários, garantindo a infra-estrutura necessária à prestação dos benefícios da Justiça a todos os jurisdicionados.

Em 2005, com a Lei 6.709, de 14 de janeiro, foi criada a Vara Privativa de Crimes Contra a Criança e o Adolescente, se constituindo na 22ª Vara Criminal da Capital.

No ano seguinte, pela Lei 6.810, de 10 de janeiro, foram criadas mais oito Varas, sendo duas na capital, no Distrito de Icoaraci (uma de 3ª entrância, privativa da Infância e Adolescência), e as demais no interior: uma em Canaã dos Carajás, de 1ª entrância; uma em Jacareacanga, de 1ª entrância; duas em Paragominas, de 2ª entrância; uma em Barcarena e uma em Parauapebas, ambas de 2ª entrância. Nos municípios de Canaã dos Carajás e Jacareacanga houve a criação das Comarcas.

Por meio da Resolução 002, de 1º de fevereiro de 2006, foram criados 15 cargos de juízes de Direito, sendo que 10 foram destinados a juízes não titulares de Varas da Capital, todas de 3ª entrância.

Datada de 20 de junho de 2006, a Lei 6.870 criou mais 14 Varas no interior, assim distribuídas: de 2ª entrância, uma em Xinguara, uma em Redenção, duas em Ananindeua, uma em Tucuruí, duas em Santarém, uma em Altamira e duas em Marabá (neste município, uma das Varas é privativa da Infância e Adolescência). De 1ª entrância foram criadas uma Vara em Marituba, uma em Eldorado do Carajás (com nova Comarca), uma em Goianésia do Pará (com nova Comarca) e uma em Benevides.

Para o município de Redenção foi criada a Vara Agrária, de 2ª entrância. Para atender à essa demanda também foram instituídos 14 cargos de juízes de Direito, sendo dez de 2ª entrância e quatro de 1ª entrância.

Destacamos ainda a adaptação da 4ª Vara de Altamira; reforma, adaptação do imóvel e compra de móveis e equipamentos para a 3ª e 4ª Varas Distritais de Icoaraci, e para a Vara Agrária de Redenção.



JUIZADOS ESPECIAIS AGORA SÃO VARAS DE 3ª ENTRÂNCIA

Outro avanço implementado nesta gestão foi a transformação, pela Lei 6.869, de 20 de junho de 2006, dos Juizados Especiais em Varas de 3ª entrância, criando na Comarca da Capital 21 Varas de Juizados Especiais, com os respectivos cargos de juízes de 3ª entrância, nomeados por relotação, remoção ou promoção. Antes dessa medida, quem respondia pelos Juizados Especiais eram juízes substitutos. Agora, o atendimento é feito por juízes titulares.

VARA DE JUIZADO GARANTE ATENÇÃO AO IDOSO

As pessoas com mais de 60 anos dispõem de um Juizado Especial, voltado unicamente para atender e processar causas cíveis e criminais que envolvam os idosos. Com a Resolução nº 027, de 6 de dezembro de 2006, transformamos a competência da Vara do Juizado Especial Criminal de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Guamá I), da Comarca de Belém, para causas cíveis e criminais que envolvam idosos, seja ele demandante ou vítima.

Já o Juizado Especial Criminal de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Guamá II), que conta com duas Varas criadas pela Lei 6.920, de 19 de outubro de 2006, passa a conciliar, processar, julgar e executar apenas causas cíveis, funcionando em Campus da Universidade da Amazônia (Unama).

CRIANÇAS E ADOLESCENTES TAMBÉM TÊM PRIORIDADE

Em janeiro de 2005 Belém também ganhou uma Vara Criminal Privativa de Crimes contra Crianças e Adolescentes, com a Lei nº 6.709, aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado, e sancionada pelo então governador Simão Jatene. Para atender à mudança, foram criados os cargos de juiz de 3ª entrância, assessor de juiz, diretor de secretaria, auxiliar de secretaria I, oficial de justiça, auxiliar judiciário I, técnicos assistentes, com formação nas áreas de psicologia e serviço social.



EXTENSÃO DA GRATUIDADE A TODAS AS VARAS

Nesta gestão, a população carente do Pará passou a contar com a gratuidade no julgamento dos litígios para efeitos legais. A medida altera a competência das varas cíveis do Estado, extinguindo as chamadas Varas de Assistência Judiciária.

Todas as varas cíveis, desde 2005, oferecem atendimento gratuito a pessoas carentes, diminuindo a demanda processual sobre as varas especializadas, que em razão do acúmulo de serviço não conseguiam atender a todos adequadamente.

PRINCIPAIS MUDANÇAS

- 1- Em janeiro de 2006, com a Lei nº 6.810, criamos oito varas em Comarcas da capital e do interior, além de 15 cargos de juízes de Direito.
- 2- Em junho de 2006, a Lei nº 6.869 transformou os Juizados Especiais em varas de 3ª ent-

rância, presididas por juízes de Direito nomeados por relotação, remoção ou promoção. De acordo com esta finalidade, criamos 21 varas de Juizados Especiais.

- 3- Com a Resolução nº 027, de 6 de dezembro de 2006, transformamos a Vara do Juizado Especial Criminal de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Guamá I), da Comarca de Belém, em Vara de Juizado Especial do Idoso para causas cíveis e criminais, seja ele demandante ou vítima.
- 4- Com a Resolução nº 027, o Juizado Especial Criminal de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Guamá II) passou a conciliar, processar, julgar e executar apenas causas cíveis.
- 5- Criação da Vara Criminal Privativa de Crimes contra Crianças e Adolescentes, por meio da Lei nº 6.709, aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado e sancionada pelo então governador Simão Jatene.
- 6- A Resolução nº 009/2005 alterou a competência das Varas Cíveis do Estado do Pará, extinguindo as chamadas Varas de Assistência Judiciária.

NOVA ESTRUTURA ORGANO-FUNCIONAL

Nosso compromisso de ampliar os serviços e acelerar o atendimento à população paraense foi cumprido, com algumas mudanças propostas e consolidadas.

Apresentamos ao Pleno do TJE um amplo projeto de lei prevendo a reestruturação organo-funcional administrativa do Judiciário, atendendo a um antigo desejo dos servidores, uma vez que abrange um plano de classificação de cargos.

Observando as alterações e principais vantagens apontadas por esta gestão, os desembargadores aprovaram por unanimidade a proposta, baseada em um estudo feito ainda na gestão da desembargadora Climeniê Pontes, entre os anos de 2001 e 2002.

Elaborado por um grupo de trabalho coordenado pela Chefia de Gabinete da Presidência, o ante-projeto considerou um amplo levantamento da estrutura anterior, reuniu sugestões das unidades administrativas e pesquisou os modelos administrativos de outros tribunais de Justiça, como o do Ceará, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

APROVAÇÃO - Com o aval do Pleno, o projeto foi encaminhado à Assembléia Legislativa e aprovado sob a forma da Lei nº 6.850/06, no primeiro semestre de 2006.

A reestruturação não só extinguiu o que era desnecessário, em virtude da evolução administrativa e avanços tecnológicos, como também criou o que é extremamente essencial no atual contexto.

Uma coordenadoria própria para precatórios, com técnicos exclusivos para o trabalho, a readequação do departamento de informática em uma secretaria de informática, e uma coordenadoria de estatísticas, são exemplos das transformações alcançadas. E tudo isso sem impacto na folha, em perspectivas de redução de gastos, com a extinção de cargos desnecessários.

Unidades Reestruturadas:

- Presidência
- Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças
- Secretaria de Administração
- Secretaria Judiciária
- Secretaria de Informática

COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Um dos destaques em 2006 foi a criação do Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, para atender a crescente demanda ao combate à violência contra as mulheres. Considerado um marco no Judiciário Brasileiro, o Juizado foi criado em data igualmente especial: 08 de março, Dia Internacional da Mulher.

NOVA SEDE



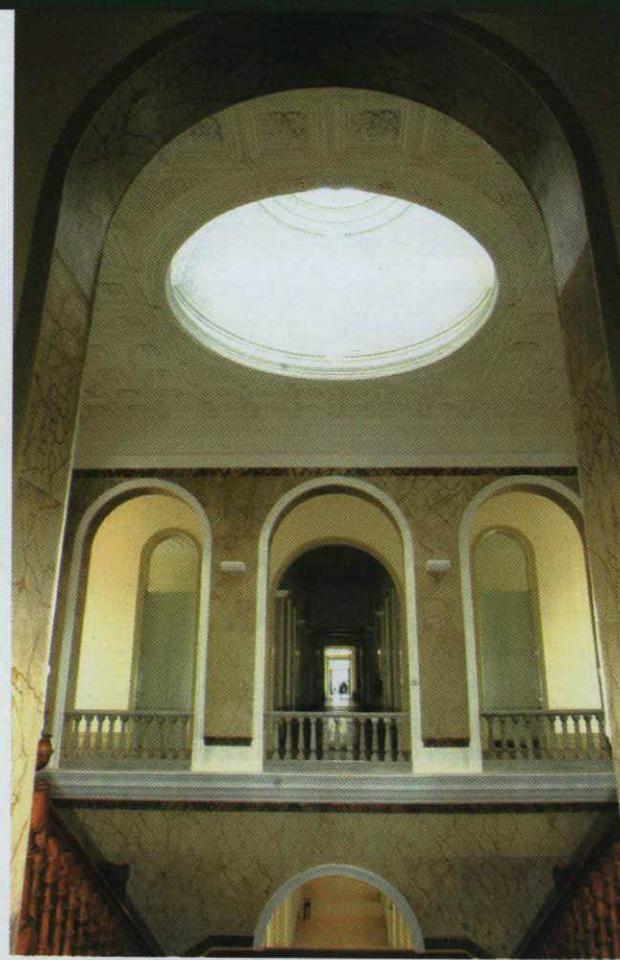
ESTADO DO PARÁ
PODERE JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



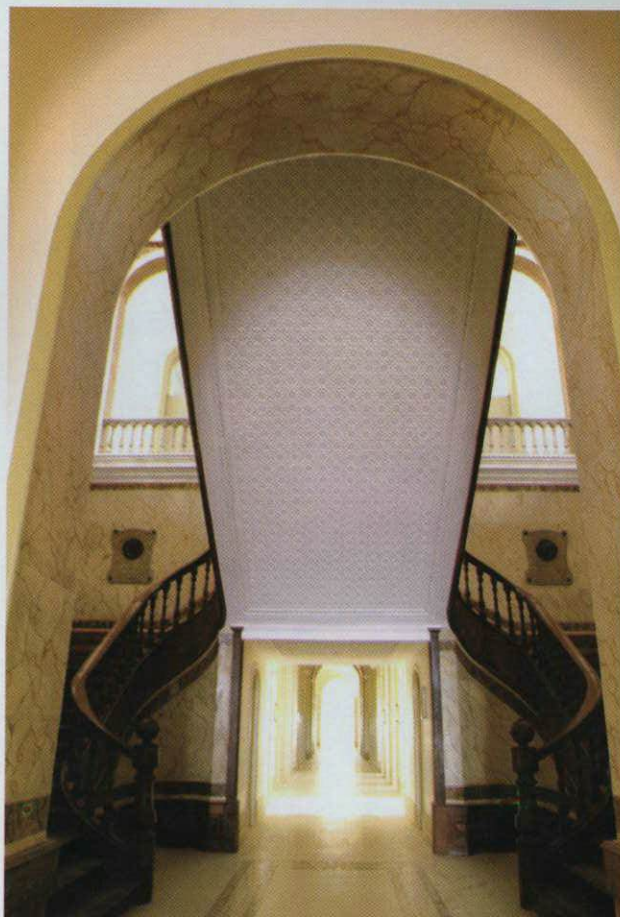
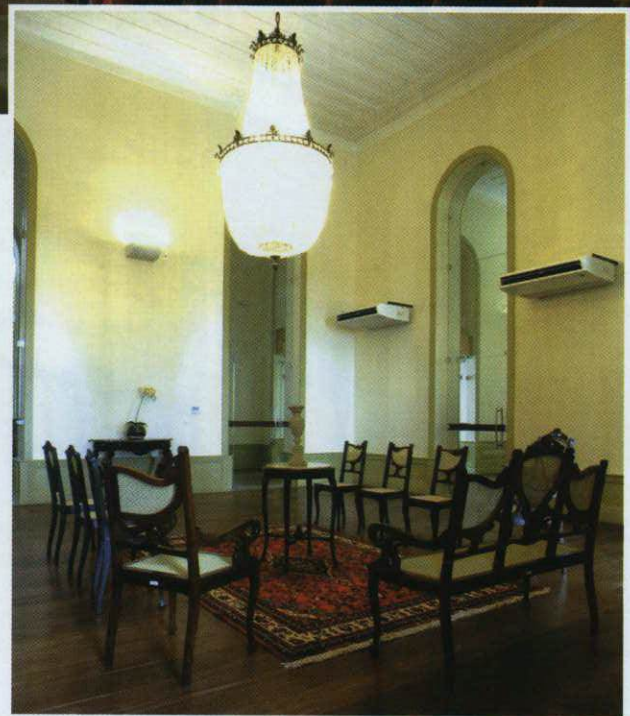


Passado e futuro convivendo, harmoniosamente, no mesmo espaço. A nova sede do TJE/PA reúne a beleza arquitetônica do antigo colégio Lauro Sodré e a modernidade e funcionalidade do prédio anexo, oferecendo à sociedade paraense, e aos magistrados e servidores em particular, um local agradável e bem estruturado para as ações do Judiciário.





26



REPERTÓRIO DE ATIVIDADES - BIÊNIO 2005/2006





A ligação entre o prédio histórico e as novas instalações, mostram o respeito à história e à cultura do Pará, e ao mesmo tempo o arrojo e a determinação do Judiciário Paraense.



ADMINISTRAÇÃO

Medidas implementadas combatem desperdícios



O Tribunal de Justiça do Estado trabalha com uma meta de crescimento sustentada em padrões de excelência em gestão, baseada sempre no uso racional, sem desperdícios. Neste sentido, atua de acordo com as medidas previstas no Projeto Repensar e sob as orientações propostas em portaria presidencial, que trata da economia de gastos em todas as atividades do TJE.

Várias estratégias de Planejamento, por exemplo, resultaram em 2005, em um crescimento de aproximadamente 52% (em relação a 2004). Em 2006, a evolução ficou em torno de 14%, dentro da meta estabelecida.

Os resultados mostram um perfeito avanço na consolidação do trabalho, sustentado por um conjunto de iniciativas em patamares avançados de atuação, com tomada de decisões operacionais.

Vale ressaltar que a economia obtida gerou investimentos em diversas áreas do TJE. Foram reduzidos os custos de viagens, criadas regras claras para as despesas, eliminadas as horas extras desnecessárias, e efetivada a adequação dos meios importantes para as atividades, com espaço de microinformática e recursos de comunicação.

Além disso, foram estabelecidas soluções técnicas eficientes para a recuperação de máquinas e equipamentos, que geravam gastos desnecessários. As tarefas não-centrais foram terceirizadas, para usar a quantidade mínima de recursos (pessoal, equipamento e instalação) e obter a interação entre bens e serviços, em quantidade e qualidade apropriadas e no tempo adequado.

CTF – Foi essencial a implantação, a partir de maio de 2006, do serviço de Controle Total de Frotas (CTF) nos veículos da capital, que possui hoje uma frota com 101 automóveis. Com o CTF houve redução no consumo de gasolina e óleo diesel, de aproximadamente 27%, em relação aos gastos anteriores, e eliminação dos desvios desses produtos. A medida deve ser estendida à frota do interior (atualmente com 116 veículos), conforme estudos que estão sendo realizados.

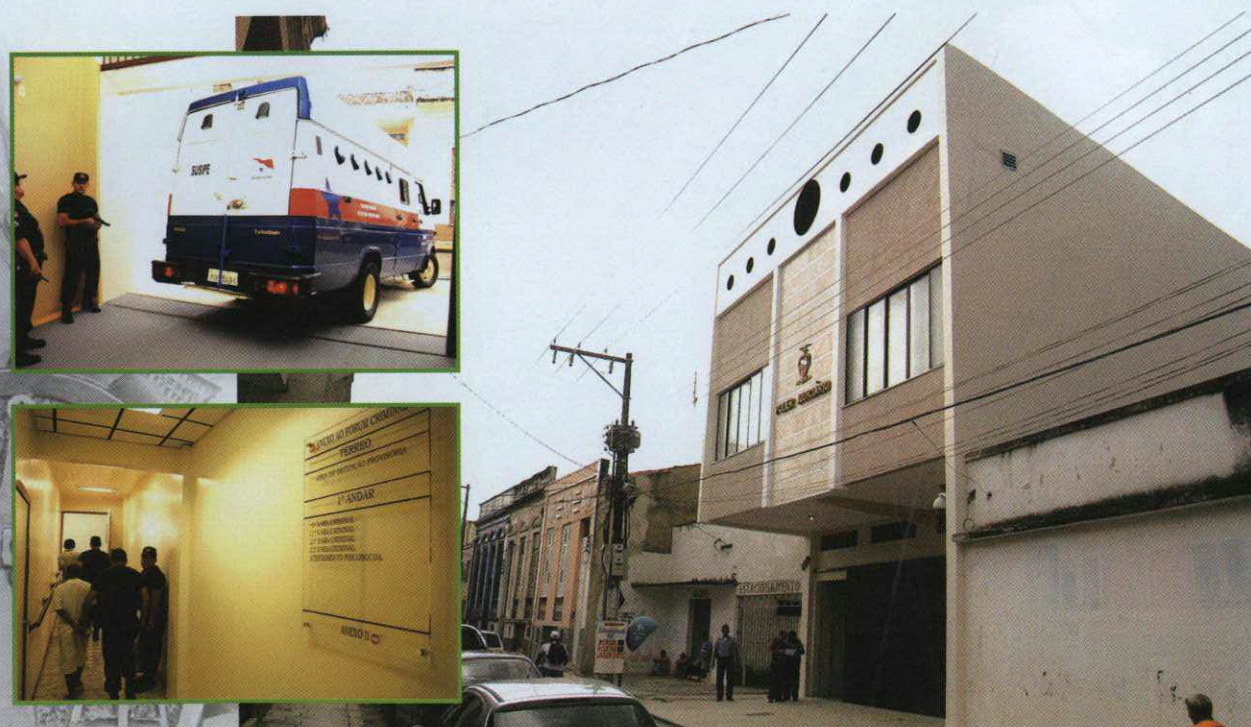
Crescem os investimentos em infra-estrutura

Em 2006, o TJE aumentou os investimentos na estrutura física. Foram mais de R\$ (6,1 milhões), contra os R\$ 4,8 milhões aplicados em 2005, em construções, reformas e ampliações.

O ponto alto deste incremento foi a construção da nova sede do Tribunal, no prédio do antigo Instituto Lauro Sodré, cumprindo um dos pontos primordiais da Agenda Mínima 2005-2007.

O prédio histórico, em estilo neoclássico, foi inaugurado em 1872. Foi sede do Instituto de Artífices do Pará e, posteriormente, abrigou o Colégio Lauro Sodré. Com a reforma e a readaptação executadas pelo Governo do Estado, e com o objetivo de adaptar e proporcionar mais conforto aos usuários, o prédio principal recebeu divisórias de gesso acartonado revestido com chapa de madeira, adequando o ambiente às necessidades do TJE. No pavimento térreo funcionam as secretarias de varas cível e criminal, assessorias, suporte operacional, capela e biblioteca. No pavimento superior foram instaladas as salas da Presidência e da Vice-presidência, suas respectivas assessorias, o salão nobre e o plenário. O subsolo abriga os setores de almoxarifado, zeladoria, depósito e arquivo para as secretarias das câmaras cíveis e criminais. Os trabalhos de restauração, urbanização e construção do complexo arquitetônico foram concluídos em 30 dias antes do prazo.

A obra foi executada pela empresa Estacon Engenharia, em 2006. Foram preservadas as linhas originais do prédio histórico, mantendo a integridade de um dos mais belos exemplares da arquitetura da época da exploração da borracha na Amazônia.



Complexo de Detenção Provisória anexo ao Fórum Criminal da Capital (nos detalhes a saída de viatura da Susipe e condução de presos a audiências).

Foi a mais completa revitalização do prédio desde a sua construção, no final do século XIX. A obra foi concluída em 11 meses, totalizando 36.000 m², com 23.000 m² de área construída. O investimento em todo o complexo foi calculado em R\$ 31.879.940,07 milhões, sendo que 19.120.350,73 milhões (valor pago pelo governo do Estado do Pará), foram investidos na restauração e adaptação da antiga construção, com 10.066 m², onde estão a Presidência, os órgãos administrativos e o salão nobre.

O prédio anexo foi construído em uma área de 7.888 m², dividido em quatro pavimentos, onde funcionam os gabinetes dos desembargadores, corregedorias e salas destinadas a OAB e Ministério Público. Totalizando o investimento de R\$ 12.759.549,34 milhões. Sua estrutura é toda em pré-moldados de concreto (vigas e lajes) com cobertura em chapas de vidro laminado. O prédio possui modernos elevadores hidráulicos, banheiros privativos, completas instalações sanitárias coletivas e sistema de rede estruturada de computador e telefonia.

A nova estrutura conta ainda com uma subestação elétrica, com capacidade de 2.000 KVA. Em caso de falta de energia da rede elétrica convencional, as áreas essenciais do complexo - salas, parte do ar condicionado e elevadores - serão abastecidas, permitindo o pleno andamento dos trabalhos. A conexão entre o prédio restaurado e o anexo é feita por uma passarela mista de concreto e aço, de 20,12 m², envolta por vidro laminado do tipo fachada cortina.

O restante dos recursos, R\$ 1,6 milhão, foi aplicado na urbanização dos 18.834m² de área livre, incluindo um amplo estacionamento com 437 vagas, sendo 53 privativas, quatro para portadores de necessidades especiais, duas para táxis e 378 para os funcionários e o público.

A nova sede permite o funcionamento simultâneo das Câmaras Criminais e Cíveis (reunidas e isoladas) e dispõe de completo sistema de combate a incêndios e sistema de segurança, com circuito fechado de TV.

OBRAS PROGRAMADAS PARA 2007 NA CAPITAL

OBRA	ÁREA (M ²)	VALOR	ESTÁGIO
Juizado Especial do Guamá no Campus da UFPa	370,00	773.913,85	Programada para 2007
Reforma para expansão e adequação do Fórum Criminal com criação de mais 20 Varas e 3 Salões de Júri (área do antigo Edifício Sede e Fórum Criminal no bairro da Cidade Velha)	7.400,00	1.430.000,00	Programada para 2007

OBRAS PROGRAMADAS PARA 2007 NO INTERIOR

OBRA	ÁREA (M ²)	VALOR	ESTÁGIO
Construção do fórum de Canaã dos Carajás (convênio PMCC/CVRD)	538,00		Programado para 2007
Construção do Fórum de Juruti (convênio PMJ/ALCOA)	370,62		Programado para 2007

OBRAS REALIZADAS NA CAPITAL PERÍODO 2005 E 2006

LOCAL	SERVIÇOS EXECUTADOS	ÁREA CONSTRUIDA (M²)	TOTAL BIÊNIO
Anexo I	Impermeabilização rufos e paredes, manutenção preventiva e corretiva nas centrais de ar condicionado, elevadores e subestação, aquisição de um elevador convencional para oito pessoas, aquisição e instalação de eletro-bombas e etc.	2.083,35	63.956,75
Anexo II	Aquisição de diversos materiais de construção, mat.p/ sistemas de refrigeração, reforma de forro de acrílico, aquisição de portal detector de metal, serviços de impermeabilizações de calhas e rufos, recuperação de bases e motores das centrais de ar condic., retificação de bombas, serviço de desmontagem e remontagem de divisórias, serviço de reforma de mobiliário, serviços de rebobinamento de motores, aquisição de extintores com suportes, recarga de extintores e etc.	940,00	25.541,60
Anexo III	Serviços de manutenção de ar condicionado, aquisição de material de pintura e serviços de impermeabilização de calhas e telhados.	1.965,00	16.380,00
Anexo IV	confecção de toldo em hight-day, confecção de corrimão e guarda-corpo de escadas, serviço de descupinização e desratição, retirada de entulho de material de demolição, aquisição de extintores, instalação de cerca elétrica com central de alarme e etc.	Anexo III - 200,00 Anexo IV - 480,00	9.196,00
Prédio Sede Diversos setores (Cidade Velha)	Restauração de tampos de vidro, substituição de botoeiras de três elevadores, confecção de porta com portal e vidro, aquisição de móveis p/ juizes auxiliares, aquisição de portal detector de metal com fitas ret. balizadoras, execução de divisórias em gesso acartonado, aquisição de diversos materiais de construção (porcelanato, lajota, argamassa, rejunte, fechaduras, compensado, portas e etc.), revestimento acústico em diversos setores, restauração de obras de arte, manutenção (de centrais de ar condicionado, elevadores e subestação), recuperação de dois chillers, contratação de laudo técnico quanto à integridade das centrais de ar cond., aquisição e inst. de transformadores de corrente para as centrais de ar cond., divisórias, serviço de recuperação de placa elet. dos elevadores, serviços de impermeabilizações (em lajes, calhas e rufos), aplicação de películas e etc.	5.400,00	111.190,53
Garagem do TJE-Bairro do Jurunas	construção de galpão em estrutura metálica e aquisição de materiais de construção (telhas, calhas, parafusos, blokret, areia, cimento, esquadrias, louças, ferragem, forro e etc.).	600,00	32.790,00
Juizado Oribidória Agrária do Consumidor	Recuperação e limpeza da calha e poda de árvores	893,00	700,00
Fórum Cível	serviços e aquisição de materiais diversos para reforma e manutenção de prédios em geral	8.750,00	134.512,40

OBRAS REALIZADAS NA CAPITAL PERÍODO 2005 E 2006 (Continuação)

LOCAL	SERVIÇOS EXECUTADOS	ÁREA (M²)	TOTAL BIÊNIO
Fórum Criminal II	Construção da área de carceragem e novas varas do Fórum Criminal da capital.		1.273.198,40
Novo Tribunal de Justiça (Inst.Lauro Sodré)	Restauração, Adaptação e Urbanização (não incluso o valor de R\$ 19.120.345,73-SEOP), Construção do Anexo e despesas diversas com mobiliário, decoração e etc.	Inst. 10.066,00 Anexo-7.888,00 Urb.- 18.834,00 Total: 36.788,00	13.305.053,70
Juizado Especial do Marco	Reforma parcial do prédio	1.010,00	18.153,28
Juizado do Guamá	Aquisição de materiais de construção, divisórias, letreiro, serviço de reforma geral p/ adaptação e etc.	463,67	16.582,00
Anexo ao arquivo Geral da 16 de Novembro	Reforma geral e adaptação do Anexo		128.774,65
Diversos setores - Fórum Criminal I, Prédio Sede e Fórum Cível e outros.	Serviço de engenharia elétrica c/fornecimento de material nas subestações e conf. de mobiliário para vários setores e aquisição de materiais p/ manutenção de refrigeração.		22.242,32
Juizados Especiais (Acidentes de Trânsito I e Criminal de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	Material elétrico p/ reforma parcial, fornecimento de balancim em alumínio p/o wc do gabinete, confecção de letreiro medindo 3,50 x 1,00mm.		2.998,64
Escola Superior da Magistratura (ESM)	Reforma parcial da cobertura do prédio antigo, reforma geral para adaptação do novo prédio com ampliação, reforço estrutural, paisagismo e etc.	1.409,49	237.396,99
TJE e Anexos	Serviços de aquisição de materiais diversos para reforma e manutenção de prédios em geral.		1.271.744,38
Aquisição de dois terrenos na Dr. Malcher	Para estacionamento	1.007,00	300.000,00
Belém - Juizado especial de Icoaraci	Recuperação do telhado, muro e esquadrias		5.203,80
Belém - Vara Distrital de Icoaraci	Reforma e adequação para instalação da 3ª e 4ª vara com imóveis, equipamentos e etc.		53.591,99
Belém - Mosqueiro	Reforma parcial do Fórum		14.290,28
TOTAL GERAL CAPITAL BIÊNIO 01/01/2005 até 15/12/2006			17.043.497,71

ENGENHARIA

RESUMO DE OBRAS E SERVIÇOS NO INTERIOR DO ESTADO - 2005/2006

LOCAL	SERVIÇOS EXECUTADOS	ÁREA CONSTRUÍDA (M²)	TOTAL BIÊNIO
Abaetetuba	reforma das instalações elétricas do Fórum	1.337,22	7.800,00
Acará	Construção do Fórum e confecção de mobiliário	358,00	216.155,95
Afuá	Reforma do Fórum	415,00	102.993,47
Altamira	Reforma da Vara Agrária e Adaptação da 4ª Vara	182,00	24.560,00
Anajás	Reforma parcial do Fórum, aquisição de material de pintura e etc.	80,30	23.648,22
Ananindeua- diversos prédios	Manutenção, móveis, esquadrias, central telefônica, equipamentos e etc.	2.633,90	80.154,75
Ananindeua - Juizado Especial do PAAR	Reforma parcial, colocação de gradil, bicicletário, letreiros e etc.	276,47	27.509,40
Augusto Corrêa	Reforma do Fórum e da Residência	507,50	63.134,85
Aurora do Pará	Manutenção de bomba d'água e pintura geral	437,18	5.105,62
Baião	Serviço de pintura e revisão elétrica do Fórum	522,56	8.636,00
Barcarena	Revisão geral do telhado e instalação elétrica	739,62	6.692,30
Bonito	Reforma da rede elétrica do Fórum, ampliação da residência do Juiz e pintura	428,81	21.603,00
Bragança	serviços de substituição de algumas esquadrias, instalação de divisórias e limpeza de aparelhos de ar condicionado. Reforma parcial da residência do Juiz.	961,12	26.164,11
Brasil Novo	Serviço de pintura, revisão elétrica, reforma parcial da residência do Juiz e do Fórum.	428,81	12.578,79
Breu Branco	Aquisição e instalação de extintores com recarga dos antigos	218,02	1.125,00
Bujaru	Confecção e colocação de grades de ferro e reforço do portão	253,97	6.735,00
Cachoeira do Arari	Reforma do Fórum, aquisição de persianas e instalação de divisórias no gabinete do juiz.	312,33	196.953,97
Cametá	Serviço de pintura, recuperação de esquadrias e móveis do Fórum	684,00	24.683,25
Capitão Poço	pintura, revisão nas inst.elétricas, montagem de divisórias e balcão de atendimento no Fórum e etc.	557,61	11.267,94
Castanhal	Serviços de manutenção na central de ar condicionado, impermeabilizações, reforços estruturais na fachada, substituição de vidro temperado e revisões nas instalações elétricas e hidro-sanitárias do Fórum e etc. Reforma parcial da Residência do Juiz e etc.	1.155,20	58.155,54
Conceição do Araguaia	Reforma do Fórum	547,54	112.222,45



CHEGANDO CADA VEZ MAIS AO INTERIOR, O PODER JUDICIÁRIO AMPLIA O ACESSO À JUSTIÇA, CONTRIBUINDO PARA O COMBATE À VIOLÊNCIA E À IMPUNIDADE



ENGENHARIA

Concórdia do Pará	Reforma do Fórum e confecção de mobiliário	324,4	108.030,44
Curionópolis	Aquisição de materiais de construção	250,00	679,00
Curuçá	Demolição das ruínas da casa do juiz, construção de uma passarela e colocação de películas no Fórum.	739,62	1.672,04
Dom Eliseu	Aquisição de lajota cerâmica com argamassa e rejunte, aquisição de forro de PVC e tintas para o Fórum.	391,00	14.681,80
Garrafão do Norte	Reforma do Fórum e despesas c/postes simples p/iluminação,	391,00	146.054,66
Gurupá	Reforma e ampliação do Fórum pela PMG, convênio no valor de R\$ 112.603,75. Serviços de pintura, confecções de portas e grades, revisão nas instalações elétricas e aquisição de diversos materiais de construção para Fórum e Residência.	474,11	20.009,92
Igarapé-Açu	Reforma do Fórum, aquisição de extintores e central telefônica.	554,38	135.987,02
Igarapé-Miri	Reforma do Fórum e aquisição de central telefônica	363,00	144.180,88
Itaituba	limpeza de ar condicionado e aquisição de diversos materiais de construção para recuperação de telhados e pintura.	933,00	2.794,98
Jacareacanga	Construção do Fórum, construção da residência do Juiz e aquisição de móveis e equipamentos.	442,05	442.979,13
Jacundá	Reforma parcial do Fórum e da Residência, aquisição de persianas e etc.	384,96	11.953,50
Mãe do Rio	Reforma parcial do telhado e aquisição de bombas injetoras	458,00	14.656,05
Marabá	certificação da rede lógica, desratização e descupinização, aquisição de extintores, aquisição de persianas, substituição de vidro quebrado, mobiliário para copa e biblioteca, serviços de inst. telefônicas, contratação de projeto de rede de drenagem, limpeza de centrais de ar condicionado, instalações de divisórias, contratação de serviços de sondagem do solo, contratação de projeto do reforço estrutural do prédio, serviço de recuperação da central telefônica. Reforma parcial e execução do sistema de drenagem	2.620,00	149.771,73
Maracanã	Aquisição de uma eletrobomba	308,70	1.040,00
Marapanim	pintura, reforma das calçadas, aquisição de persianas e etc.	513,36	16.890,26
Marituba	Impermeabilização geral do telhado - rufos-calhas, limpeza de fossa, ajustes de esquadrias para portadores de necessidades especiais e etc.	186,97	9.036,30
Mocajuba	Retirada de trincas, pintura de paredes e colocação de calhas de beiral.	325,49	3.480,00
Moju	Substituição das esquadrias com troca de fechaduras, revisão no telhado, pintura parcial do prédio, serviço de aumento da capacidade da rede elétrica do Fórum e etc.	590,00	20.334,65
Monte Alegre	Confecção de mobiliário e aquisição de materiais hidráulicos	548,95	4.495,95
Muaná	aquisição de materiais elétricos, reparos de parede, reboco e instalações, aquisição de compressor p/ ar condicionado e etc.	294,69	4.057,06
Nova Timboteua	Pintura do Fórum, limpeza da caixa d'água, construção de fossa e sumidouro.	228,69	12.897,45

Novo Progresso	Confecção de grades de ferro	350,00	3.537,27
Óbidos	Fabricação de esquadrias em madeira de lei c/porta(cedro) e dedetização.	458,81	3.700,00
Ourém	Reforma do Fórum e serviço de paisagismo.	341,14	223.212,87
Ourilândia do Norte	Aquisição de material de construção e contratação de pedreiro para serviços de recuperação parcial do Fórum	391,00	18.003,56
Pacajá	Reforma do Fórum /residência, Aquis. de PABX e louças sanitárias.	320,00	175.475,43
Paragominas	Elaboração de projeto elétrico, rede lógica, telefônico e laudo de sondagem para construção do novo Fórum	431,38	24.157,97
Parauapebas	Instalação de divisória c/ guichê de vidro de 6 mm para área da recepção do Fórum.	845,58	1.375,00
Peixe-Boi	Confecção de armários altos p/ o Fórum.	109,29	6.190,00
Prainha	aquisição de diversos materiais de construção, serviços de construção de novo castelo elevado em madeira para caixa d'água, serviços de recuperação da rede hidro-sanitária e elétrica, perfuração de um poço artesiano com instalação de bomba, execução de gradis no Fórum e etc.	145,00	15.892,60
Primavera	Confecção de grades de ferro	195,00	2.265,00
Redenção - Vara Agrária	Reforma para adaptação e revitalização do prédio, aquisição de equipamentos e mobiliários, fornecimento e instalação do letreiro.	80,33	35.244,73
Rio Maria	Aquisição de materiais de construção. Serviço de recuperação de reboco, piso e pintura. Instalação de cerca elétrica no Fórum e etc.	390,62	4.400,00
Rurópolis	Instalação da central telefônica modelo intelbrás, incluindo programação e treinamento.	275,52	285,00
Salinópolis	Reconstrução do Fórum, aquisição de móveis e equipamentos	406,56	211.612,29
Santa Bárbara do Pará - Juizado Especial	Reforma de adaptação e revitalização, aquisição e montagem de divisórias, aquisição de móveis e equipamentos.		34.589,08
Santa Isabel do Pará	Reforma do Fórum, serviço de recuperação de todas as persianas, confecção de molduras de madeira para ar condicionado, serviço de paisagismo	692,50	226.612,58
Santa Maria do Pará	Aquisição de material de construção para Residência	115,00	4.369,19
Santana do Araguaia	Aquisição de materiais de construção e elétricos, serviços de reforma, construção de garagem coberta e pintura geral do prédio.	418,50	17.984,00
Santarém	Aquisição de materiais de construção, serviço de limpeza de fossa e sumidouro, aquisição de compressores de ar condicionado, serviço de manutenção em splits e aparelhos de janela, recarga de extintores, perfuração de poço artesiano e etc.	3.424,38	23.070,87
Santarém Novo	Aquisição de materiais hidráulicos e confecção de esquadrias.	320,00	1.501,00



Santo Antônio do Tauá	Aquisição de materiais de construção(material elétrico, mat. hidráulico, telhas, calhas, tintas e etc.), serviço de recuperação de rede elétrica, rede hidro-sanitária, cobertura, esquadrias e etc., confecção de grades e portões. aquisição e instalação de split de 18.000 btu's.	231,51	30.760,86
São Caetano de Odivelas	Revisão geral, correção e adequação das instalações elétricas	540,00	13.323,58
São Domingos do Capim	Aquisição de diversos materias de construção(barras de ferro para grade, mat.elétrico, mat.hidro-sanitário, fechaduras e dobradiças para portas e etc.), inst. de cerca elétrica, confecção de grades de ferro, recuperação da rede elétrica e lógica e etc.	613,81	22.368,70
São Francisco do Pará	Instalação de cerca elétrica e ampliação de banheiro do Fórum	221,00	9.460,00
São Geraldo do Araguaia	Aquisição de extintores, luminárias de emergência e persianas.	442,98	3.679,00
São João do Araguaia	Aquisição de materiais de construção para serviços na residência, reforma geral do Fórum	266,00	145.087,19
São Miguel do Guamá	Reforma do Fórum, serviço de paisagismo, aquisição de chave blindada e serviço de recuperação de muro devido ao desmoronamento.	358,93	102.932,32
São Sebastião da Boa Vista	Reforma do Fórum e adaptação de imóvel p/ funcionamento provisório do Fórum	358,94	208.766,72
Soure	Instalação de PABX, acessórios de central telefônica e materiais elétricos.	353,50	2.273,08
Tailândia	Aquisição e instalação de central telefônica, aquisição de diversos materias de construção (elétrico, tintas, cimento e etc.). Contratação de serviços de pequenas obras, aquisição de bomba injetora, confecção de bancos de madeira, aquisição e instalação de persianas e etc.	391,00	13.484,30
Tomé-Açu	Confecção de grades, substituição de telhas e calhas, aquisição de diversos materiais de construção e etc.	416,77	12.121,67
Tucumã	Reforma do Fórum	391,00	214.314,51
Tucuruí	Confecção de grades de ferro, recarga de extintores e reforma e ampliação do Fórum.	438,02	142.741,41
Ulianópolis	Aquisição de material de pintura para o Fórum	420,38	409,75
Vigia de Nazaré	Construção do novo Fórum.	350,00	304.782,27
Xinguara	Pintura geral e adequação p/instalação de nova vara.	367,63	7.579,63
Diversas Comarcas do Interior, Capital e Juizados Especiais	Aquisição de materiais elétricos, hidráulicos, bombas d'água, recarga de extintores, materiais para os sistemas de refrigeração, inst. de cercas elétricas, assentamento de blokrets c/ abertura de meio fio, telhas e madeirame para telhados, tintas, ferragens para esquadrias, lajotas, argamassas, rejuntas, louças sanitárias, produtos para impermeabilizações, mantas de isolamentos termo-acústicos, compensado, fórmica e etc.		109.707,04
TOTAL GERAL INTERIOR BIÊNIO - 2005 / 2006			4.680.832,90

TJE registra aumento em qualificação profissional

Entre seus principais objetivos, o TJE deve promover condições ideais para o desenvolvimento contínuo do trabalho em diversas áreas de atuação. Para tanto, realiza e coordena concursos públicos, treinamento, atendimento psicossocial, serviços médico e odontológico, e avaliação de desempenho.

Em 2006 foram encaminhados à Escola Superior da Magistratura cerca de 120 servidores, para cursos nas áreas comportamental, operacional e técnica. Em 2005, foram 43 contemplados, para atualização em Excel e microinformática.

Outros 428 trabalhadores participaram de treinamentos na Escola de Governo do Estado (EGPA). Em 2005, foram cerca de 180.

Foram elaborados ainda cursos de capacitação, atualização e aperfeiçoamento, e de Relações Interpessoais no Trabalho, ministrado na Comarca de Itupiranga. Houve ainda a capacitação dos servidores nomeados em novembro de 2006, aprovados em concurso, em janeiro, abrangendo Noções de Organização Judiciária, Trabalhando o Clima no Local de Trabalho, Instrução Normativa nº 02/2005 e Protocolo Administrativo.

Já os psicólogos, pedagogos e assistentes sociais recebem treinamento na área sócio-psicopedagógica, voltado para o exercício da prática Judiciária.



Concursos

Em 2006, o TJE deu continuidade à convocação dos aprovados nos concursos públicos 001/2001 e 001/2002, para serventuários de justiça e Juizados Especiais, respectivamente. As vagas foram ocupadas por meio de exoneração, aposentadoria, falecimento e por ordem da presidência do Tribunal.

Foram chamados ainda 79 novos servidores aprovados em concurso público realizado em 2006, para provimento de cargos dos níveis superior, médio e fundamental.

A nomeação somente aconteceu após os testes realizados pela equipe da Junta de Avaliação Médica, psicológica e odontológica, que garantem a aptidão para o pleno exercício da função.

CADASTRO DE SERVIDORES – Atividades em 2006:	
· Memorandos Expedidos da Capital	1.200
· Memorandos Expedidos do Interior	1.400
· Declarações Diversas (Capital e Interior)	150
· Viabilidade de Cargos Comissionados	120
· Viabilidade de Contrato de Trabalho no período 2005/2006	16
· Funcionários de outros órgãos cedidos para o TJE	30
· Devolução de funcionários para o Órgão de origem	9
Viabilidade de funcionários concursados para a Capital:	
· Fórum Cível	40
· Fórum Criminal	45
· Interior	127
· Juizados Especiais	28
· Secretaria do Tribunal	45
· Total	285
Exoneração de funcionários (a pedido):	
· Capital	193
· Interior	24
· Demitidos a Bem do Serviço Público	5
· Devolução para o Órgão de Origem	9
· Exoneração por término de Contrato (período 2005/2006)	33
· Funcionários Aposentados da Capital e Interior	34
· Afastamento de funcionários por falecimento (Ativos e Inativos)	11
· Afastamento de Licença não Remunerada	3
· Afastamento por ordem da Administração	4
· Conclusão da Informatização e atualização das pastas funcionais de responsabilidade do Serviço de Cadastro da Capital	100
· Informatização e atualização parcial de 90% das pastas funcionais de responsabilidade do Serviço de Cadastro do Interior	1.100
· Elaboração das Escalas de Férias Anual da Capital e Interior	2
· Relatório de Férias Mensal da Capital e Interior	24

CADASTRO DE MAGISTRADOS - 2006

- Magistrados em condição de aposentadoria por tempo de serviço: 72
Aposentados: 16
- Quantidade de juizes substitutos nomeados;
2006 - 14
- Quantidade de juizes promovidos 3ª entrância
2006 - 32
- Quantidade de juizes promovidos 2ª entrância
2006 - 05
- Quantidade de juizes promovidos 1ª entrância
2006 - 10

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Em 2006, foi realizada a contagem e a recontagem de servidores das comarcas da capital, bem como do interior, para efeito de adicional retroativo e também de aposentadorias, além da emissão de certidões de diversas naturezas.

MAPA NUMÉRICO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS - 2006

· Contagem da comarca da capital	062
· Recontagem " "	052
· Contagem das comarcas do interior.	066
· Recontagem " "	125
· Certidão (FUNPREV - se vivo fosse)	015
· Contagem de tempo (acompanhando a certidão)	015
· Certidão (TCE) - aposentadoria	040
· Contagem de tempo (acompanhando a certidão)	040
· Certidão (exonerados)	080
· Mapa de adicional mensal (capital)	015
· Mapa de adicional mensal (interior)	014
· Numero de servidores na relação de adicional da capital e interior.	650
· Abono de permanência	030
· Informações (diversas)	025
· Memorandos	130
· Adicional retroativo	074
TOTAL GERAL	1.433

SERVIDORES

Ao término do ano de 2006, o TJE conta com cerca de aproximadamente três mil servidores ativos, inativos e dependentes de ex-servidores.

NOMEAÇÕES DE CONCURSADOS - 2006

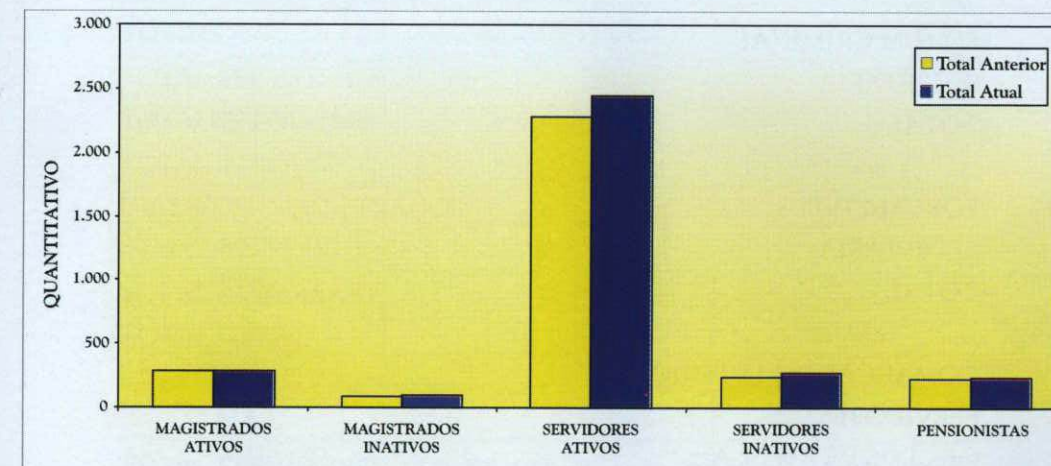
Cargos	1ª Entrância	2ª Entrância	3ª Entrância	Juizados Especiais	Outros	TOTAL
Diretor de Secretaria	9	16	8	0	0	33
Auxiliar de Secretaria	20	32	53	23	0	128
Auxiliar Judiciário	0	0	0	2	0	2
Oficial de Justiça	12	19	11	6	0	48
Servidores	0	0	0	0	73	73
TOTAL	41	67	72	31	73	284

Fonte: Divisão de Administração de Pessoal

ANEXO II
DEMONSTRATIVO GERAL ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS - 2006

PESSOAL	Total Anterior	Nomeados / Concursados	Nomeados / Comissionados e Contratados	Cedidos	Afastamentos / Diversos*	Inativos / Pensionistas	Total Atual
Magistrados Ativos	283	14			(11)		286
Magistrados Inativos	88				(1)	9	96
Serviços Ativos	2.285	284	146	30	(300)		2.445
Servidores Inativos	236				(12)	48	272
Pensionistas	228					10	238
TOTAL	3.120	298	146	30	(324)	67	3.337

* Aposentadorias, falecimentos, exonerações, demissões, etc.



ANEXO III - 13º - DEZEMBRO - 2006

MAGISTRADOS	
DESEMBARGADORES	30
JUIZES FORUM CRIMINAL	27
PRETORES FORUM CRIMINAL	3
JUIZES FORUM CIVEL	47
PRETORES FORUM CIVEL	1
JUIZES TOGADOS JEPC (CIVEL)	2
JUIZES - 1A. ENTRANCIA	124
JUIZES - 2A. ENTRANCIA	51
PRETORES - INTERIOR	1
TOTAL	286
SERVIDORES	
ASSESSORES - DESEMBARGADORES	14
CORREGEDORIA GERAL	13
ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA	3
SECRETARIA DO TRIBUNAL	198
SECRETARIA DA PRESIDENCIA	63
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	76
ASSESSORES - CIVEL	2
ASSESSORES - CRIMINAL	3
JUIZADO ESPECIAL	121
TOTAL	493
FORUM CRIMINAL	
SECRETARIA	155
TOTAL	155
FORUM CIVEL	
SECRETARIA	228
TOTAL	228
COMARCAS DO INTERIOR	
SERVIDORES	432
OFICIAIS DE JUSTICA	284
ESCRIVAES E ESCREVENTES	311
CEDIDOS	28
JUIZADO ESPECIAL	1
TOTAL	1056

ANEXO III - 13º - DEZEMBRO - 2006 (Continuação)

QUADRO SUPLEMENTAR	
SERVIDORES	88
CEDIDOS	146
TOTAL	234
FUNCIONÁRIO PREVIDÊNCIA INSS	
COMISSIONADOS - INSS	202
SERVIÇOS DE TERCEIROS - INSS	70
DESIGNADOS TEMPORÁRIOS - INSS	7
TOTAL	279
MAGISTRADOS - INATIVOS	
MAGISTRADOS	96
TOTAL	96
SERVIDORES - INATIVOS	
SERVIDORES	272
TOTAL	272
TOTAL GERAL	
	3.099
TOTAIS	
TOTAL MAGISTRADOS	286
TOTAL SERVIDORES	2.445
TOTAL INATIVOS - TODOS	368
INATIVOS - MAGISTRADOS	96
INATIVOS - SERVIDORES	272
TOTAL ESTAGIÁRIOS	0
TOTAL GERAL	3.099
TOTAL SERVIDORES ATIVOS (A) =	
	2.271
TOTAL SERVIDORES CEDIDOS (B) =	
	174
TOTAL (A + B) =	
	2.445



11 novos desembargadores renovaram o Tribunal de Justiça em dois anos

Neste biênio, o TJE/PA atingiu um nível expressivo de renovação – mais de um terço do total -, com a posse de 11 novos desembargadores, atendendo aos critérios de antiguidade e merecimento. A renovação não apenas valoriza as carreiras desenvolvidas no judiciário paraense, como contribui para acelerar o andamento de processos e outros procedimentos judiciais. O TJE conta ainda com 44 novos juízes substitutos e 39 juízes vitaliciados.

Foram empossados, no período, os desembargadores Vânia Lúcia Silveira Azevedo da Silva, Constantino Augusto Guerreiro, Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos, Ricardo Ferreira Nunes, Maria Angélica Ribeiro Lopes Santos, Leonardo de Noronha Tavares, Marneide Trindade Pereira Merabet, Cláudio Augusto Montalvão das Neves, Maria do Carmo Araújo e Silva, Célia Regina de Lima Pinheiro e Maria de Nazaré Saavedra Guimarães.



Desa. Vânia Lúcia Silveira Azevedo da Silva



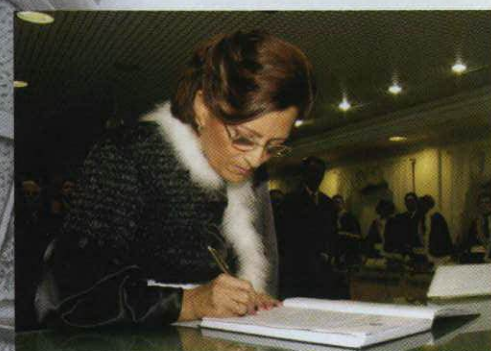
Des. Constantino Augusto Guerreiro



Desa. Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos



Des. Ricardo Ferreira Nunes



Desa. Maria Angélica Ribeiro Lopes dos Santos



Des. Leonardo Noronha Tavares



Desa. Marneide Trindade Pereira Merabet



Des. Cláudio Augusto Montalvão das Neves



Desa. Maria do Carmo Araújo e Silva



Desa. Célia Regina de Lima Pinheiro



Desa. Maria de Nazaré Saavedra Guimarães

Apoio psicossocial e médico para gerar mais qualidade de vida

Com atividades de medicação, encaminhamento e tratamento dos funcionários do TJE buscamos melhorar a qualidade de vida dos magistrados e dos servidores do Judiciário e de seus familiares.

Entre as atividades realizadas em 2006, destacamos as visitas domiciliares, hospitalares e institucionais, atendimentos psicológicos e sociais a usuários de drogas lícitas e ilícitas, reuniões mensais para avaliação do comportamento funcional e avaliação de desempenho para os adolescentes estagiários, atendimento e encaminhamento do servidor portador de transtorno mental ao Hospital de Clínicas Gaspar Viana, apoio psicossocial de urgência e emergência a usuário em trânsito nas dependências do Judiciário, realização das inscrições do plano de saúde UNIMED/TJE e das carteiras dos serviços médico, odontológico e social.

Também recebem apoio 12 adolescentes estagiários, entre 16 e 17 anos, oriundos da FUNCAP, por meio do Programa Galera Cidadã, cujo foco principal é o trabalho de recuperação e capacitação destes jovens para o mercado de trabalho.

SERVIÇO MÉDICO – Nos últimos anos, mantemos entre nossas prioridades o atendimento médico e odontológico aos nossos servidores e usuários. Para tanto, oferecemos assistência à saúde e combate a doenças, nas áreas de enfermagem e medicina curativa, como exames preventivos do câncer uterino, às funcionárias e dependentes legais, e o atendimento em caráter de urgência a servidores e magistrados no local de trabalho, a presos de justiça durante as audiências e à população em geral.

Nossa equipe médica acompanha a comitiva da administração do TJE às Comarcas de todo o Estado, remove pacientes do interior para a capital e avalia o estado de saúde de presos nos municípios paraenses.

Em 2006, passamos a coletar sangue durante as audiências de investigação de paternidade, das pessoas que recorreram à Justiça gratuita - um procedimento marcado com antecedência.

Destacamos ainda que, em novembro de 2006, passou a funcionar na nova sede mais um posto de atendimento médico e de enfermagem, para atender a magistrados e funcionários.

Desenvolvemos também outras atividades necessárias ao funcionamento administrativo do TJE, como a avaliação do estado clínico dos candidatos classificados em concurso público (exame pré-admissional).



I) ENFERMAGEM E MEDICINA CURATIVA

a) Atividades de enfermagem:

TIPO DE PROCEDIMENTO

- Curativos.
- Verificação de Pressão Arterial.
- Aplicação de medicamentos injetáveis.
- Venóclise.
- Aplicação de Aerossol.
- Retirada de pontos.
- Aplicação de infravermelho.
- Fornecimento de medicação oral.
- Realização de eletrocardiograma.
- Auxílio em pequenas cirurgias.
- Verificação de temperatura corporal.
- Atendimento de enfermagem a domicílio.
- Mensuração de peso / altura.
- Oxigenioterapia.
- Realização de exame capilar (glicemia, colesterol, triglicerídeos).
- Coleta de material para exame de preventivo câncer cérvico uterino.
- Coleta de sangue para exame de investigação de paternidade=DNA-nos processos que tramitam na Justiça Gratuita.
- Acolhimento de pacientes, encaminhando-os para atendimento em suas necessidades.
- Consulta de enfermagem, incluindo orientações de prevenção e promoção de saúde.
- Acompanhar médicos em visitas hospitalar e domiciliar.
- Controle e estoque de medicamentos.

b) Medicina Curativa:

- Consulta de Urgência/Emergência em Clínica Médica e em Cardiologia para funcionários, dependentes e membros da comunidade (preso de Justiça que compareceram à Audiência, e pessoas que circularam pelo Fórum e que necessitaram de atendimento de urgência).
- Consulta em Cardiologia com interpretação de ECG; emissão de risco cirúrgico (laudo cardiológico) quando solicitado.
- Consulta em Ginecologia e Obstétrica (funcionários e dependentes).
- Consulta em Pediatria e adolescentes
- Consulta a estagiários (especialidades diversas).
- Retirada de pontos.
- Pequenas cirurgias.
- Visita hospitalar
- Visita a domicílio.
- Coleta de Material para exame preventivo de Câncer do Colo Uterino.

II) OUTROS SERVIÇOS:

- Exame pré-admissional dos candidatos classificados em concurso público para os cargos de juiz substituto de Estado, escrivão, escrevente e oficial de Justiça de 1ª, 2ª, 3ª Entrâncias, auxiliar de secretaria, auxiliar judiciário e oficial de Justiça de Juizados Especiais.
- Emissão de atestados médicos / homologação de atestados emitidos por médicos particulares.
- Realização de perícias médicas, algumas realizadas na residência do solicitante.
- Fornecimento de declaração de comparecimento.

SERVIÇO ODONTOLÓGICO - este serviço realizou em 2006 7.960 atendimentos, contemplando magistrados, servidores e seus dependentes, totalizando 15.897 procedimentos executados, além da marcação de consultas e outras atividades inerentes ao setor.

PROCEDIMENTOS EXECUTADOS

Consultas	1574
Curativos	1169
Restaurações de amálgama	0010
Restaurações de resina	1916
Radiografias	2948
Extrações	1266
Hemostasias	0894
Taratarotomias	0904
Profilaxias	0876
Capeamentos	0712
Aplicações de flúor	0720
Conserto de prótese	0061
Assentamentos	0034
Remoção de pontos de sutura	0810
Drenagem de abscesso	0210
Selante	0470
Orientações de higiene bucal	0372
Obturações de canal radicular	0691
Exame pré-admissional	0260
Total de procedimentos executados	15.897

Atendimento para Servidores e Usuários

O TJE oferece à comunidade em geral toda a sua infra-estrutura, incluindo a consulta ao acervo literário.

Em 2006, o Serviço de Referência Bibliográfica recebeu 15.505 consultas em livros e periódicos, 12.500 visitas de usuários na internet e realizou 3.798 empréstimos.

Em junho de 2006 houve o lançamento das obras: "Federalismo no Brasil: o poder constituinte decorrente na jurisprudência do STF", de autoria do Dr. Magno Guedes Chagas, juiz da 3ª Vara da Comarca de Altamira, e "Interpretação constitucional no controle judicial das políticas públicas", de autoria da Dra. Marília Lourindo dos Santos, juíza da 2ª Vara da Comarca de Altamira. Em setembro foi lançado o livro "Audiência única e celeridade do procedimento", do Dr. Roberto Andrés Itzcovich, juiz da Comarca de Santa Luzia do Pará.

Foram adquiridos 154 livros, seis títulos de periódicos e 46 renovações de assinaturas de revistas e jornais.

Tudo isso foi possível graças ao criterioso cuidado com o recolhimento, o tratamento técnico, a preservação e a divulgação da história do judiciário paraense, garantindo à sociedade o acesso à informação.

Para tanto, destacaram-se em 2006 a elaboração da Tabela de Temporalidade da Documentação do Tribunal de Justiça do Estado do Pará destinada à Divisão de Arquivo, que contou com a participação de seus técnicos, e com a equipe do Convênio firmado com a Secretaria de Cultura (SECULT).

ATIVIDADES REALIZADAS EM 2006:

- Processos recolhidos dos Cartórios Cíveis
Total: 31.125 processos
- Processos recolhidos dos Cartórios Criminais
Total: 12.044 processos
- Atendimento aos usuários:
Total: 153 processos Cíveis e Criminais
- Buscas de processos Cíveis e Criminais
Total: 3.650
- Atendimento a pesquisadores para elaboração de monografias, teses etc.:
Total: 27
- Processamento técnico e a preservação de processos Cíveis
Total: 5.464

ACÓRDÃOS E JURISPRUDÊNCIA - 2006

- Publicação de Acórdãos
 - 1ª 2ª e 3ª Câmaras Criminais Isoladas: 631
 - Câmaras Criminais Reunidas: 1.676
 - 1ª, 2ª e 3ª Câmaras Cíveis Isoladas: 3.803
 - Câmaras Cíveis Reunidas: 406
 - Conselho da Magistratura: 11
 - Tribunal Pleno: 236
 - Câmara de Férias/2005: 15 (OBS: Não funcionou 2006)
- Atendimento ao Usuário da Jurisprudência do TJE
 - Capital: 437
 - Interior: 35
 - Outras Capitais: 10
 - Encaminhamento de Acórdãos para a Revista dos Tribunais: 216
- Indexação de Acórdãos na Base de Dados.
Total: 3.639

Inventário

Em 2006 foi finalizado o levantamento, nas 104 Comarcas do Interior, dos bens móveis, imóveis e veículos, com seus respectivos tombamentos. Também foi feita a manutenção corretiva e preventiva, e implantadas as centrais telefônicas na capital e no interior, dando suporte técnico e operacional, quando necessário.

A economia no consumo de energia elétrica resultou de ajustes específicos nos capacitores-compensadores, para alívio da demanda reativa, tanto nas comarcas da capital quanto nas do interior.

Foram agilizados os processos de compra, para substituição de equipamentos e máquinas obsoletas, sempre levando em conta o custo-benefício, o tempo de retorno do investimento e a real necessidade do Tribunal. Foram observados criteriosamente os valores constantes no banco de dados das normas do SIMAS (Sistema de Informações de Materiais).

COPIADORAS - A locação de copiadoras e impressoras, e substituição das máquinas antigas, foi outro ponto positivo. Conectados em rede, os equipamentos facilitam os trabalhos, a partir de aplicativos informatizados, principalmente nas Comarcas do Interior, onde a maioria é carente de dispositivo de impressão.

Também houve contenção de despesas nas contas de água, resultado da imediata revisão geral no sistema hidráulico, eliminação de todos os vazamentos e medidas para evitar o bombeamento de água no horário de ponta.

A limpeza e a conservação dos prédios do Tribunal também passaram por um sistema de controle. Foi recomendada a revisão ou o estabelecimento de contrato de manutenção, para adequar o serviço à nova realidade. Foram importantes as estratégias de higiene e conservação, para cada prédio, levando em consideração suas características, assim como o combate a este tipo de trabalho no horário de ponta.

Houve economia ainda na aquisição de móveis, por meio de processo licitatório. Foram realizadas cinco cartas-convites, três para aquisição de móveis, uma para aquisição de condicionadores de ar e uma para compra de impressos. O Tribunal realizou pregão para aquisição de material de expediente e uma tomada de preço para compra de móveis.

Também visando reduzir gastos, a DMP reformou móveis avariados ou danificados, restaurou móveis antigos e fez consertos e reparos em aparelhos de refrigeração, como geladeiras, freezers, bebedouros e aparelhos de ar condicionado. Foram emitidas durante o ano 514 solicitações de compras diretas, dos mais diversos materiais, para atender setores da capital e interior, e distribuídos materiais de informática, móveis, equipamentos e material de consumo e expediente.

Processos licitatórios economizam mais de R\$ 3,9 milhões

LICITAÇÕES - Um dos mais significativos resultados obtidos no biênio 2005-2006 foi a redução nos gastos do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, comparando o valor estimado com o valor adjudicado.

Neste período, 87 procedimentos licitatórios foram concluídos e homologados, sendo 49 pregões presenciais, uma concorrência, sete tomadas de preços e 30 convites. Até o final do ano foram concluídos mais cinco procedimentos licitatórios. Os procedimentos destinaram-se, entre outros, a obras de reforma em infra-estrutura e aquisição de bens, serviços e materiais.

Na modalidade convencional (Tomada de Preços, Concorrência e Convite), a economia chegou a R\$ 392.353,00 (trezentos e noventa e dois mil, trezentos e cinquenta e três reais), correspondendo a 12,08% do valor estimado.

A modalidade Pregão apresentou uma economia de R\$ 3.570.406,00 (três milhões quinhentos e setenta mil, quatrocentos e seis reais) - 19,08% do valor estimado.

No total geral das licitações houve uma economia média superior a 18% do valor estimado por este Tribunal, totalizando R\$ 3.962.760,00 (três milhões, novecentos e sessenta e dois mil, setecentos e sessenta reais). Em comparação ao biênio 2003/2004, houve um acréscimo de R\$ 1,2 milhão no volume de recursos economizados nos processos licitatórios do Poder Judiciário.

O ingresso de receita originária para o Fundo de Reaparelhamento Judiciário (FRJ), com a concessão de uso de espaço para funcionamento de lanchonete no Palácio da Justiça e o leilão da frota de veículos inservíveis, representou um valor de R\$ 529.410,00 (quinhentos e vinte e nove mil, quatrocentos e dez reais).

Com o pregão presencial foram realizados nove registros de preços de diversos materiais, possibilitando flexibilidade administrativa ao gerenciamento das atividades e boa qualidade dos produtos licitados, motivos pelos quais vários órgãos da Administração Pública aderiram às Atas de Registro de Preços deste Tribunal, como o Supremo Tribunal Federal, Tribunal Regional do Trabalho e Tribunal Regional Eleitoral.

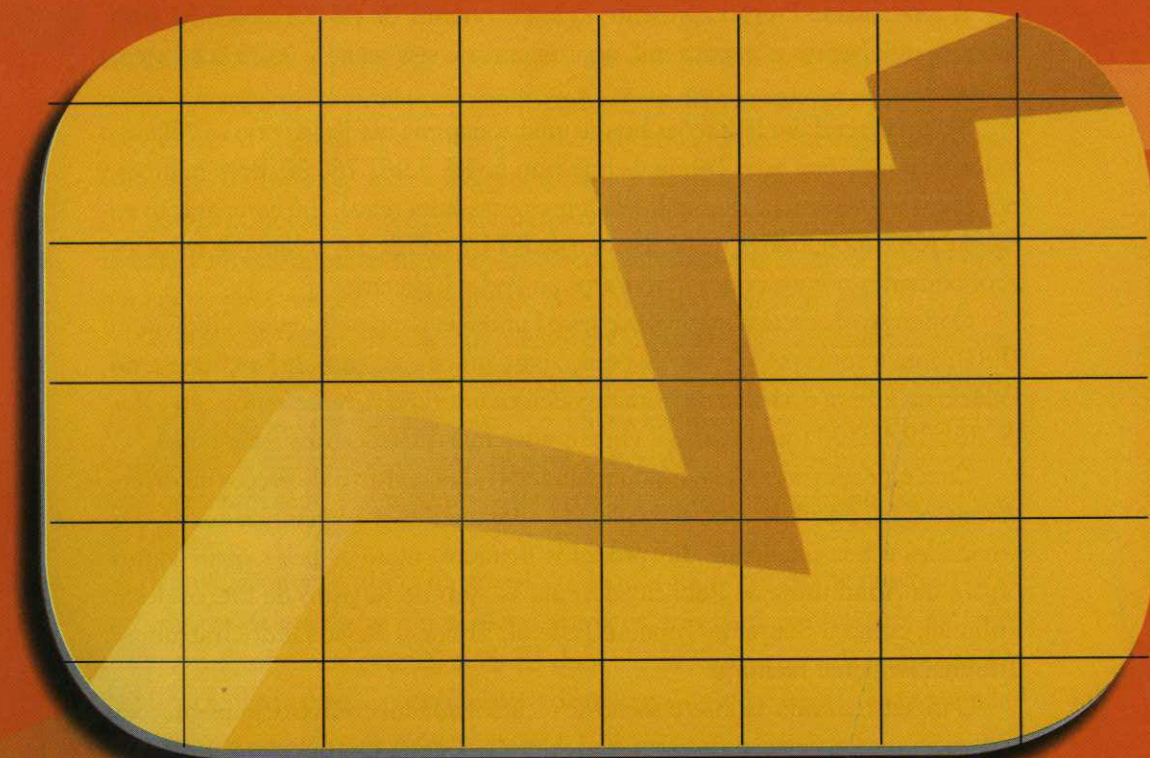
O índice reduzido de interposição de recursos administrativos e impugnações evidencia a preocupação do setor de Licitações com a formulação dos editais, observando sempre os princípios basilares da Administração Pública.

Foi possível também reduzir o tempo de permanência dos processos neste setor para a edição da peça licitatória, antecipando-se os procedimentos à notícia do encaminhamento dos determinados processos para licitar.

A reformulação do site deste Tribunal simplificou o acesso aos editais e a interação com os licitantes, ampliando a competitividade.



PLANEJAMENTO



Investimentos provenientes do FRJ modernizam serviços do Judiciário

O contexto atual do Judiciário exige transformações não apenas na estrutura física e tecnológica, mas também nos recursos humanos e de informação. Isto significa mais investimentos nos diversos setores que compõem o Poder Judiciário. Um bom exemplo é o Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ), que neste biênio obteve receitas provenientes de custas judiciais, taxas de fiscalização judicial e implantação e gerenciamento dos depósitos judiciais.

Desempenho que resulta de várias ações realizadas para que o Fundo cresça a cada ano, como a informatização das atividades dos cartórios extrajudiciais, novos sistemas de fiscalização e a eliminação de distorções na arrecadação das fontes. Isso tudo contribuiu significativamente para o aumento das receitas do FRJ. (ver quadro na página seguinte).

ARRECADAÇÃO PARA O FUNDO DE REAPARELHAMENTO DO JUDICIÁRIO

TIPO DE ARRECADAÇÃO	2004	2005	2006
	Valores	Valores	Valores
CUSTAS	5.530.710	6.935.641	9.037.157
SELOS	2.170.555	2.916.761	3.278.688
TAXA DE FISCALIZAÇÃO	916.313	3.926.094	4.337.181
RENDIMENTO S/ DEPÓSITO	-	5.650.728	6.617.874
OUTRAS RECEITAS	6.201.657	6.219.084	368.907
TOTAL ARRECADAÇÃO	14.819.235	19.997.580	23.639.807



Cresce área de cobertura do SIAJU

A ampliação do Sistema de Arrecadação Judicial (SIAJU) aumentou as possibilidades de obtenção de recursos próprios. A área de cobertura do Sistema cresceu significativamente, com a implantação em 18 Comarcas, por meio da interligação do Sistema SAP - XXI e a implantação das UNAJ's nas comarcas-sede de região judiciária, possibilitando a criação de 15

Pólos Regionalizados. Evoluímos na área de arrecadação extrajudicial, com a criação de dois novos selos de segurança: Escritura e Procurações Públicas, que entraram em vigor em 2005. E, para facilitar as operações nos cartórios, estamos trabalhando para informatizar a comercialização dos selos, permitindo aos cartórios a compra via internet.

Tecnologia garante mais segurança na movimentação de contas judiciais

Em 2005 criamos o Sistema de Conta Única de Depósitos sob Aviso à Disposição da Justiça, estabelecendo as normas e os mecanismos de gestão dos depósitos judiciais e implantando uma coordenadoria para esta finalidade.

O Sistema começou a funcionar inicialmente em Belém, em 2002, por intermédio de convênio com o Banpará. Em 2005, as Comarcas do Interior tiveram acesso, pela internet, desde que em agências do Banco do Estado.

Em 2006, um convênio de cooperação técnica firmado com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina possibilitou a implantação do Sistema de Gestão dos Depósitos Judiciais do TJE. O Sistema contém os módulos existentes no sistema do Banpará, um módulo de gestão financeira - com funções como a criação de contas vinculadas aos processos, depósitos mediante boleto bancário, saques e emissão de alvará, comandados pela Comarca -, consulta e emissão on line de extrato de processos pela própria Comarca, atualização dos depósitos pelo índice da poupança pró-rata/dia, com mecanismos de controle e acompanhamento pelo TJE.

Com essa medida, já em janeiro de 2007 a administração do Tribunal realizará o monitoramento e controle de todos os depósitos judiciais, assegurando maior confiabilidade à movimentação financeira com a instalação, em futuro próximo, da certificação digital.

Com a centralização dos Depósitos Judiciais em Conta Única, no Banpará, o volume total desses Depósitos passou de R\$ 69.677.568,94, em abril de 2005, para R\$ 126.477.223,86, em outubro de 2006 - um acréscimo de 82%. A aplicação financeira desses recursos, que gerava uma receita pública média mensal para o FRJ, da ordem de R\$ 376.657,56, resultou numa remuneração média/mês de R\$ 551.489,53, em dezembro de 2006.

